CLWP Eólica Parque VI S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
CLWP Eólica Parque VI S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CLWP Eólica Parque VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CLWP Eólica Parque VI S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 14 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB013469

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ n° 16.756.943/0001-89
NIRE n° 42 3 0004555-1
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque VI S.A. ("CLWP VI" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Campo Largo VI, com potência instalada de 29,7 MW, garantia física de 13,8 MW médios e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) em leilão A-5, de 28 de novembro de 2014, pelo prazo de 20 anos. A CLWP VI é uma das 11 Centrais Eólicas (Centrais) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo, e está localizada entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da CLWP VI pertence à CLWP Brasil Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da CLWP VI alcançou 117,5 GWh, 2,8% menor que a observada em 2020, de 121,0 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 84,7%, 6,0 p.p. inferior ao verificado em 2020, que foi de 90,7%.

alcançou 116,9 GWh, 6,3% menor que a observada em 2020, que foi de 124,8 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido no ano foi de 90,2%, 4,5 p.p. inferior ao verificado em 2020, que foi de 94,7%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	21.822	20.150	1.672	8,3
Lucro bruto	8.336	8.808	(472)	(5,4)
Margem bruta	38,2%	43,7%		(5,5 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	8.214	8.640	(426)	(4,9)
Ebitda (Lajida)	14.739	15.194	(455)	(3,0)
Margem Ebitda (Lajida)	67,5%	75,4%		(7,9 p.p.)
Resultado financeiro	(5.857)	(6.950)	1.093	(15,7)
Lucro líquido do exercício	1.435	1.690	(255)	(15,1)

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorreu, substancialmente, da atualização monetária dos contratos e da redução da apuração de PIS e Cofins, em virtude da mudança do regime de tributação, e foi, parcialmente, atenuado pelo reconhecimento em 2021 do ressarcimento às distribuidoras em montante superior ao reconhecido em 2020.

EBITDA: a redução é motivada, principalmente, pelo aumento nos custos de operação e manutenção e, parcialmente, atenuada pelo aumento na receita operacional líquida.

Resultado financeiro: a redução é proveniente, substancialmente, do aumento da renda de aplicações financeiras e da redução de juros e variação monetária sobre financiamento.

Lucro líquido do exercício: redução motivada pela apuração de imposto de renda e contribuição social, em virtude da alteração do regime tributário e, parcialmente, atenuada pelos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da CLWP Eólica Parque VI S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021.

A Administração

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.

CNPJ N° 16.756.943/0001-89| NIRE N° 42 3 0004555-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.966	9.078
Contas a receber de clientes	5	3.398	4.504
Outros ativos circulantes		425	412
		17.789	**13.994**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos vinculados	6	3.717	3.291
Outros ativos não circulantes		12	-
		3.729	**3.291**
Imobilizado	**7**	**157.959**	**164.391**
Intangível		**37**	**37**
Direito de uso de arrendamentos	**11**	**2.553**	**2.619**
		164.278	**170.338**
TOTAL		**182.067**	**184.332**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.

CNPJ N° 16.756.943/0001-89| NIRE N° 42 3 0004555-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	1.792	1.771
Financiamento	10	6.323	6.322
Arrendamentos a pagar	11	282	308
Dividendos	12	297	161
Outros passivos circulantes		321	236
		9.015	**8.798**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	75.860	82.000
Arrendamentos a pagar	11	828	832
Ressarcimentos às distribuidoras	13	2.653	903
Provisão para desmobilização	7	6.218	5.605
		85.559	**89.340**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**		
Capital social		81.980	81.980
Reservas de lucros		5.513	4.214
		87.493	**86.194**
TOTAL		**182.067**	**184.332**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.
CNPJ N° 16.756.943/0001-89| NIRE N° 42 3 0004555-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13**	**21.822**	**20.150**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(6.525)	(6.554)
Serviços de terceiros		(3.324)	(1.559)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.456)	(1.228)
Energia elétrica comprada	17	(924)	(994)
Outros		(1.257)	(1.007)
		(13.486)	**(11.342)**
LUCRO BRUTO		**8.336**	**8.808**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(122)	(168)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**8.214**	**8.640**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		486	182
Renda de depósitos vinculados		142	68
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(5.634)	(6.182)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(613)	(278)
Juros sobre arrendamentos	11	(203)	(299)
Outras despesas financeiras, líquidas		(35)	(441)
		(5.857)	**(6.950)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**2.357**	**1.690**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**14**		
Imposto de renda		(612)	-
Contribuição social		(310)	-
		(922)	**-**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.435**	**1.690**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.435**	**1.690**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**1.435**	**1.690**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.

CNPJ N° 16.756.943/0001-89 | NIRE N° 42 3 0004555-1

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		**81.980**	**176**	**3.010**	**-**	**85.166**
Dividendos intermediários		-	-	(501)	-	(501)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.690	1.690
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	84	-	(84)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(161)	(161)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	1.445	(1.445)	-
Saldos em 31.12.2020	**12**	**81.980**	**260**	**3.954**	**-**	**86.194**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.435	1.435
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	72	-	(72)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(136)	(136)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	1.227	(1.227)	-
Saldos em 31.12.2021	**12**	**81.980**	**332**	**5.181**	**-**	**87.493**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.
CNPJ N° 16.756.943/0001-89| NIRE N° 42 3 0004555-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	2.357	1.690
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	6.525	6.554
Juros e variação monetária sobre financiamento	5.634	6.182
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	613	278
Juros sobre arrendamentos	203	299
Renda de depósitos vinculados	(142)	(68)
Outros	(45)	5
Lucro antes dos tributos ajustado	**15.145**	**14.940**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	1.105	118
Outros ativos	-	1.071
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	49	(85)
Ressarcimentos às distribuidoras	1.750	903
Outros	(199)	91
Caixa gerado nas operações	**17.850**	**17.038**
Pagamentos de juros sobre financiamento	(5.562)	(6.085)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(617)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**11.671**	**10.953**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(77)	(1.938)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(77)**	**(1.938)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(6.211)	(6.210)
Pagamento de arrendamentos	(211)	(304)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(284)	517
Dividendos pagos	-	(836)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(6.706)**	**(6.833)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**4.888**	**2.182**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	9.078	6.896
Saldo final	13.966	9.078
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**4.888**	**2.182**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque VI S.A. ("CLWP VI" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 24.08.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo VI ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 29,7 MW[1] e garantia física de 13,8 MW médios. Em 02.11.2018, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo, com participação de 9,09%. O Consórcio Campo Largo é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 14.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

g) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado e da taxa incremental de arrendamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17				
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	IFRS 9 e 16	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18				
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	IFRS 16	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19				
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	*Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract*; e *Reference to the Conceptual Framework*	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50				
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	801	769
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	13.165	8.309
	13.966	**9.078**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e de 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	3.229	3.082
Transações realizadas na CCEE	138	1.377
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	31	45
	3.398	**4.504**

Em 31.12.2021, a Companhia apresentava R$ 6 vencidos em seu contas a receber (R$ 599 em 31.12.2020). Não houve constituição de provisão para perdas esperadas.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R$ 3.717 (R$ 3.291 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,64%	171.949	(19.821)	152.128	158.265
Edificações e benfeitorias	3,48%	6.547	(746)	5.801	6.029
		178.496	**(20.567)**	**157.929**	**164.294**
Em curso		**30**	**-**	**30**	**97**
		178.526	**(20.567)**	**157.959**	**164.391**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	**164.482**	**6.290**	**10**	**170.782**
Ingressos	-	-	87	87
Transferências	32	(32)	-	-
Depreciação	(6.249)	(229)	-	(6.478)
Saldos em 31.12.2020	**158.265**	**6.029**	**97**	**164.391**
Ingressos	-	-	49	49
Transferências	116	-	(116)	-
Depreciação	(6.253)	(228)	-	(6.481)
Saldos em 31.12.2021	**152.128**	**5.801**	**30**	**157.959**

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R$ 6.218 (R$ 5.605 em 31.12.2020), a variação do saldo é decorrente de juros e variação monetária de R$ 613 registrada no resultado de 31.12.2021 (R$ 278 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Eólica Campo Largo VI, com capacidade instalada de 29,7 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 07.2015.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	1.269	1.297
Fornecedores de materiais e serviços	322	279
Encargos de uso da rede elétrica	129	114
Energia elétrica comprada	72	81
	1.792	**1.771**

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado.

A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, o financiamento contratado tende a estar protegido pelos contratos de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, representando, portanto, um *hedge* natural de longo prazo. Adicionalmente, o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação	**2021**	**2022**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
TJLP	5,3%	6,1%	0,8 p.p.	1,5 p.p.	0,0 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2021	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Financiamento				
TJLP	82.183	(584)	1.231	-

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	82.183	88.322
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.717)	(3.291)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.966)	(9.078)
Dívida líquida	**64.500**	**75.953**
Patrimônio líquido	**87.493**	**86.194**
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	**0,7**	**0,9**

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.792	-	-	-	1.792
Financiamento	12.384	23.420	21.475	70.114	127.393
	14.176	**23.420**	**21.475**	**70.114**	**129.185**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	13.165	8.309
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	801	769
Contas a receber de clientes	3.398	4.504
Depósitos vinculados	3.717	3.291
	21.081	**16.873**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	1.792	1.771
Ressarcimentos às distribuidoras	2.653	903
Financiamento	82.183	88.322
	86.628	**90.996**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**6.361**	**88.074**	**94.435**
Juros e variação monetária	6.182	-	6.182
Transferências	6.074	(6.074)	-
Amortização do principal	(6.210)	-	(6.210)
Amortização de juros	(6.085)	-	(6.085)
Saldos em 31.12.2020	**6.322**	**82.000**	**88.322**
Juros e variação monetária	5.634	-	5.634
Transferências	6.140	(6.140)	-
Amortização do principal	(6.211)	-	(6.211)
Amortização de juros	(5.562)	-	(5.562)
Saldos em 31.12.2021	**6.323**	**75.860**	**82.183**

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	6.069
2024	6.069
2025	6.069
2026	6.069
2027	6.069
2028 a 2032	30.344
2033 a 2035	15.171
	75.860

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES	TJLP + 1,82% a.a.	06.2035	Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil Participações e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida[1] ≥ 1,25

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia não atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seu contrato firmado com o BNDES. Entretanto, durante o ano de 2021, o BNDES formalizou que o referido descumprimento não acarretaria na antecipação do vencimento das dívidas.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado o seu parque eólico, cuja vigência é até 2063.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

Saldo em 31.12.2019	**3.529**
Remensuração	(834)
Depreciação	(76)
Saldo em 31.12.2020	**2.619**
Remensuração	(22)
Depreciação	(44)
Saldo em 31.12.2021	**2.553**

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**343**	**1.597**	**1.940**
Remensuração	-	(834)	(834)
Juros[1]	338	-	338
Transferências	(69)	69	-
Amortizações	(304)	-	(304)
Saldos em 31.12.2020	**308**	**832**	**1.140**
Remensuração	-	(22)	(22)
Juros	203	-	203
Transferências	(18)	18	-
Amortizações	(211)	-	(211)
Saldos em 31.12.2021	**282**	**828**	**1.110**

(1) Sobre este valor foram apurados créditos de PIS e Cofins.

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,36% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	79
2024	72
2025	65
2026	59
2027	53
2028 a 2032	200
2033 a 2037	122
2038 em diante	178
Arrendamentos a pagar	**828**

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2021, a Companhia reconheceu o montante de R$ 386 (R$ 269 em 31.12.2020), referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R$ 81.980, representado por 81.980.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 81.979.999 pertencem à controladora CLWP Brasil Participações S.A. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"). A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2021, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 136.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2021, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 1.227 do lucro do exercício de 2021 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	21.357	21.218
Transações no mercado de curto prazo	828	376
EBC	400	610
Outras receitas	61	-
	22.646	**22.204**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(824)	(2.054)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**21.822**	**20.150**

Em 2021, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R$ 1.686 (R$ 819 em 31.12.2019), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2021, apresentava saldo de R$ 2.653 no passivo não circulante (R$ 903 em 31.12.2020).

Os ressarcimentos ocorrem anual e quadrienalmente, o ressarcimento anual possui flexibilização de 10%, ocorrendo em função da variabilidade dos ventos e fatores gerais do mercado de energia, entregas menores que 90% da energia contratada são mensuradas anualmente. Por sua vez, o ressarcimento quadrienal tem flexibilização verificada no contexto quadrienal, motivado pelo regime sazonal de ventos. Sendo assim, cada cálculo perdoado no ressarcimento anual é considerado para o quadriênio, assim como é considerado nas energias entregues acima de 100% de cada ano. A valoração é calculada pela diferença mensurada com o maior entre o preço de venda fixado no leilão e o PLD do período de referência. O pagamento é realizado no ano subsequente da mensuração, por meio da redução da receita de venda.

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

No exercício de 2020 a Companhia apurou os impostos sobre o lucro no regime de lucro real, entretanto, em 01.01.2021 optou pela apuração no regime de lucro presumido. Por este motivo, não é possível apresentar a conciliação dos tributos, no resultado, de maneira comparativa:

	2021	
	IR	CSLL
Receita operacional bruta	**22.646**	**22.646**
% de presunção do lucro	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**1.812**	**2.718**
Receita financeira	675	675
Outros	56	56
Base de cálculo	**2.543**	**3.449**
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(636)**	**(310)**
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(612)**	**(310)**

	2020	
	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	**1.690**	**1.690**
Alíquotas	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(423)**	**(152)**
Diferenças permanentes		
Depreciação incentivada	524	188
Outras	(101)	(36)
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**-**	**-**

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R$ 41.048.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até novembro de 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, era de R$ 17.310.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em leilão A-5, de 28.11.2014, pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2021, era de R$ 393.061.

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Campo participa da referida apólice no montante de R$ 1.684.471 para danos materiais e R$ 222.080 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018, com duração de quatro anos, o qual foi renovado por mais quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2021 foi de R$ 92 (R$ 87 em 31.12.2020).

b) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	
	Contas a receber	Fornecedores de energia	Receita operacional líquida	Compra de energia
EBC	31	29	385	384
ENGIE	-	77	-	-
CLWP III[1]	-	42	-	540
31.12.2021	**31**	**148**	**385**	**924**
31.12.2020	**45**	**81**	**554**	**994**

(1) CLWP Eólica Parque III S.A.

Os contratos de longo prazo firmados entre as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo, e foram firmados em condições negociadas entre as partes.

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso futuro Base 31.12.2021
CLWP VI	EBC	2038	IPCA	Janeiro	5.655
EBC	CLWP VI	2038	IPCA	Janeiro	5.311
CLWP III	CLWP VI	2038	IPCA	Dezembro	6.113

NOTA 18 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(104)	-
Remensuração – IFRS 16/CPC 06 (R2)	(22)	(834)
Fornecedores de imobilizado	(28)	(1.851)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da CLWP Eólica Parque VI S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0